DESENVOLVIMENTO, EXPANSIONISMO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Área Temática 11: Desenvolvimento e Sociologia
Angelita Matos Souza
angelitams@uol.com.br ou angelitams2010@gmail.com
UNESP, campus de Rio Claro
Professora de Sociologia e História Econômica

Resumo: Este texto pretende abordar o expansionismo de empresas brasileiras pela América Latina; a iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a experiência do gasoduto Brasil-Bolívia.
Palavras-chave: desenvolvimento, expansionismo, integração regional

Abstract: This paper intends to discuss the expansionism of Brazilian companies in Latin America; the initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) and the Bolivia-Brazil Gas Pipeline.
Key-words: development, expansionism, regional integration.

I. Introdução

Após essa breve introdução, o texto está dividido em três tópicos, além da conclusão. O primeiro trata do expansionismo de empresas brasileiras pela América Latina; no segundo abordamos a iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), arriscando defendê-la; no último tópico comentamos a experiência do gasoduto Brasil-Bolívia, a fim de indicar como não deve ser conduzida a integração regional, não obstante a obra mereça ser defendida e nos sirva de subsídio à defesa da IIRSA.

Iniciaremos apontando às dificuldades impostas pelo padrão de acumulação vigente à conquista de posições privilegiadas de "semiperiferia", um tanto na contramão do otimismo produzido pelo crescimento da economia, expansionismo, capacidade para enfrentar a crise financeira, distribuição de renda e mobilidade social ascendente que marcaram os governos Lula (amenizando o pessimismo produzido pela década de 1990, sob égide das reformas neoliberais). Isto porque a combinação de juros altos com desenvolvimentismo internacionalista é bastante contraditória, na medida em que a política de juros altos/endividamento público constitui um entrave ao desenvolvimento internacionalizado mais produtivo e autônomo. E romper com o padrão de acumulação vigente é politicamente muito difícil e só deverá ocorrer se "fatores externos" impuserem a ruptura. Mas defenderemos que o Brasil pode consolidar/expandir seu poder regional, com reflexos positivos mundialmente, embora acreditando que, nos limites do padrão de acumulação atual, dificilmente se vá muito além da relevância regional, provavelmente sequer à condição de periferia de 1ª classe à maneira da Coréia do Sul.

A despeito das acusações de imperialismo, acreditamos que o capitalismo monopolista no Brasil permanece vulnerável/dependente (situação não incompatível com práticas imperialistas). E, cada vez mais, das exportações de commodities para a China, sendo paradoxal o papel do gigante asiático sobre a economia brasileira. Nos anos 1990, com o processo de abertura da economia, produtos asiáticos contribuíram para com a deflação dos preços (e à estabilização econômica). Ou seja, o milagre do "fim" da inflação no Brasil deve muito à Ásia, sendo que o crescimento da China ainda pressionou os preços das commodities favorecendo decisivamente o bom desempenho da economia nos governos Lula. A crise de 2008 promoveu queda súbita da demanda, "normalizada" a situação os preços das commodities voltaram a subir, alimentando a tendência inflacionária da economia, ao mesmo tempo em que as taxas de juros promovem a entrada maciça de capitais, contribuindo para manter o Real valorizado e reforçando os riscos de maior desindustrialização, sem falar no endividamento público interno. Basicamente, é o que escreveu Luiz Gonzaga Belluzzo, em "A síndrome do peru de Natal", cujo argumento principal vem a seguir:

> Diante do tsunami de liquidez pós-crise que assola os mercados globais, as instituições financeiras, fundos e assemelhados continuam a apostar na valorização de ativos e, diante da incerteza extrema, cuidam de fugir do financiamento da produção de nova riqueza. Ainda nos tempos da euforia pré-crise, o economista americano Brad Setser disse em seu blog: "Esses movimentos nascem da ação de investidores 'alavancados' que tomam empréstimos (na moeda em processo de desvalorização) para comprar outras moedas... A lógica do negócio não oferece resistência à

> compreensão: é divertido tomar emprestado a 1% ou 2% ao ano numa moeda que se desvaloriza e aplicar a 6,75% numa outra que se aprecia". Como diz o Delfim, somos o último peru de Natal na prateleira. (Revista *Carta Capital*, 20/04/2011)

Ao mesmo tempo, no que tange às relações com a China, sai fortalecido seu papel de grande exportador de produtos industrializados e de importador de commodities, em parcerias com empresas sul-americanas (mormente brasileiras) cada vez mais especializadas na exploração dos recursos naturais na região. Curiosamente, tanto China como a Coréia do Sul têm sido evocadas na defesa da política dos governos do PT de incentivo à formação/consolidação de grandes grupos econômicos – os campeões nacionais. É como se graças ao "milagre chinês", no alvorecer do século XXI, o país estivesse condições de reproduzir as experiências asiáticas sem as reformas radicais que particularizam o desenvolvimento capitalista chinês e o sul-coreano. Efetivamente, China e Coréia do Sul promoveram as mais bem sucedidas revoluções industriais do século XX estatizando bancos privados e incentivando a formação de grandes grupos econômicos. A Coréia do Sul estatizou os bancos (reprivatizados nos anos 80, com a conclusão do processo de industrialização) e a China estatizou tudo, eis a monumental diferença dos dois casos. Na Coréia do Sul, o papel do Estado na condução do processo de industrialização foi crucial, porém fatores como a guerra civil, a divisão do país e a ameaça comunista ali ao lado seriam determinantes ao apoio dos EUA à estratégia de desenvolvimento (decisivo ao êxito alcançado), que contou com reformas estruturais na educação e no campo e autonomia do Estado para cobrar resultados. Já a China passou por uma enorme revolução nacional-popular e fechou-se para o mundo "livre".

Ou seja, são experiências muito particulares, sendo infrutífero "especular" sobre como seria a revolução industrial brasileira pela via da "revolução nacional"; enquanto o caso sul-coreano deve ser entendido como uma exceção (pelo êxito) no contexto das experiências de desenvolvimento dependente-associado do pós-guerra. O Brasil, cuja revolução industrial resultou no maior e mais integrado parque industrial da América do Sul, pode ser considerado o caso mais bem sucedido na região. Todavia, o ponto de chegada deve ser destacado: a crise da dívida pondo fim às ilusões de autonomia político-econômica no cenário internacional. As enormes dificuldades envolvidas num processo de desenvolvimento capitalista tardio praticamente impuseram o recurso ao capital estrangeiro diante do quão difícil seria a construção das condições mínimas de autonomia nacional assentadas numa articulação dinâmica entre empresa produtiva, sistema financeiro privado e Estado (supondo que houvesse visão estratégica neste sentido e desejo de segui-la). O resultado foi uma revolução industrial capaz de produzir um parque industrial bastante dinâmico, contudo incapaz de alçar o país da lista das nações pobres, dependentes e periféricas[1].

---

1. Contudo, não se pode negar que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil livrou o país "(...) da dependência do modelo primário-exportador (além do bicho do pé e da hemoptise) e forjou uma importante economia urbana e industrial no chamado Terceiro Mundo" (BELLUZZO, 2006). Mas como escreveram MELLO e NOVAIS: "O Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, voltara a assombrar a consciência moderna ao exibir a sociedade mais desigual do mundo" (1998: 633).

Interessa-nos aqui, justamente, refletir um pouco sobre a nova "onda" desenvolvimentista dos governos Lula (que deve prosseguir no governo atual), sem rupturas com o padrão de acumulação "financeirizado" dominante desde o fim do regime militar e orientando-se pelas diretrizes principais da política macroeconômica dos governos FHC (metas de inflação, superávit primário, câmbio flexível). À diferença, nada irrelevante, da maior distribuição de renda pelos governos Lula (notadamente no segundo governo), além da política de fortalecimento do "capital nacional" que conquistou maior espaço, sendo dimensão relevante o expansionismo e a integração regional. E sem negar que a internacionalização econômica nos governos Lula assumiu contornos imperialistas, buscaremos indicar a dimensão positiva da maior integração sul-americana (inevitavelmente sob a liderança do Brasil, dado o peso da sua economia), apontando à necessidade de uma atuação diplomática e econômica mais ativa no sentido da política de amizade/cooperação com países da região. Ou seja, o Brasil deve orientar o expansionismo econômico e sua política diplomática no sentido de estimular a solidariedade e complementaridade entre os países sul-americanos, colocando ênfase sobre a integração/cooperação. Como tudo se decide no campo da luta política, a reação ao "imperialismo" brasileiro da parte dos países receptores de investimentos - como ocorre na Bolívia - e a concorrência asiática podem contribuir para a integração baseada na cooperação/solidariedade, limitando a tendência à exploração.

II. O expansionismo de empresas brasileiras pela América Latina

Nos últimos anos cresceram as manifestações de descontentamento com o "imperialismo" brasileiro nos meios acadêmicos e de comunicação latino-americanos, devido ao expansionismo de empresas brasileiras pelo continente. Recentemente, por exemplo, alguns jornais noticiaram que os presidentes de Peru, Chile, México e Colômbia iriam oficializar a criação de um novo bloco econômico, o "bloco do Pacífico", por enquanto chamado de Área de Integração Profunda (AIP). O objetivo do "bloco liberal" seria fazer frente ao poder regional do Brasil, conforme teria dito em entrevista ao jornal *New York Times* o presidente da Colômbia. (*Folha de São Paulo*, 25/04/2011). No entanto, o resultado das eleições no Peru deve enfraquecer o projeto do bloco liberal, pois Ollanta Humala é mais afinado com a "nova" esquerda latino-americana, mas já reivindicou investimentos produtivos do Brasil que resultem em avanços industriais, salientando: "Não queremos repetir com o Brasil o ditado mexicano, que diz que a desgraça do México é estar tão longe de Deus e tão perto dos EUA" *(Folha de São Paulo*, 10/04/2011)[2].

De fato, empresas brasileiras têm aumentado a presença no Peru. A Petrobrás é hoje o segundo maior produtor do país; a Vale explora recursos de fosfato; a Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e também a companhia mineira MinCo, que tem 66% das jazidas desse produto mineral; a Gerdau a maior siderúrgica, a SiderPeru. Empreiteiras brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, doadoras nas campanhas eleitorais peruanas) estão envolvidas em grandes projetos de infra-estrutura no país. Metade da rodovia Interoceânica (ou estrada do Pacífico)

2.

3. Não deixa de ser irônica a aproximação do Brasil à experiência mexicana com os EUA; na medida em que na outra ponta está a China (de quem o governo brasileiro também quer investimentos industriais), a ameaçar a liderança regional brasileira.

foi construída por dois consórcios liderados por empresas brasileiras: o CONIRSA liderado pela Odebrecht e o INTERSUR, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Os trechos construídos já estão operando e as empresas obtiveram 25 anos de concessão à administração da estrada.

E o Peru não seria uma exceção. Na Argentina, em 2003, a Petrobras adquiriu o controle da Perez Compac (empresa petrolífera argentina), incrementando sua presença no país desde então; em 2005, a Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra; neste mesmo ano, a JBS/Friboi adquiriu as unidades da Swift argentina; em 2009, para projetos de ampliação de gasodutos foi contratada a construtora Odebrecht. Em 2010, a Vale adquiriu os ativos argentinos da empresa anglo-australiana Rio Tinto (Projeto Potássio Rio Colorado); e a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBrag, adquiriu 50% da Cementos Avellaneda; no setor de serviços, o Banco do Brasil adquiriu o Banco da Patagônia. (LUCE, 2008; Ranking FDC/2010)

Na República Dominicana, as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa assumiram o comando das principais operações no setor hidrelétrico (Hidrelétricas Pinalito, Palomino e Las Placetas). Aliás, as duas empresas participam de praticamente todos os grandes projetos de engenharia/construção civil financiados pelo BNDES. No Chile, as obras do metrô de Santiago contaram com o "apoio" brasileiro e, recentemente, a Petrobras adquiriu a empresa chilena Esso Petrolera, expandindo seus negócios no país. Na Venezuela, empresas brasileiras estão envolvidas em vários projetos de infra-estrutura/construção civil, financiados com recursos do banco estatal brasileiro. Mathias Luce (2008) aborda vários outros casos, tais como: no Uruguai, a Friboi e a Marfrig controlam mais de 70% da exportação de carne do país. No Paraguai, estima-se que entre 90 e 95% da produção de soja esteja em mãos de brasileiros, sem falar nas disputas em torno da Itaipu. No Equador, a presença da Petrobras é bastante relevante e conflitos têm surgido em torno da margem de lucro da empresa e dos serviços prestados pela Odebrecht ao país. A empresa foi acusada pelo governo equatoriano de cometer irregularidades na construção de uma usina hidrelétrica (que teve de ser fechada depois de um ano de uso), além de denúncias de corrupção em disputas por obras públicas. (LUCE, 2008)

A Bolívia, segundo Luce (2008), seria "o caso mais emblemático do subimperialismo brasileiro na região", durante 10 anos, da criação da Petrobras Bolivia S.A. às nacionalizações do governo Evo Morales, a empresa brasileira consolidou-se como a maior empresa em atividade no país, controlando a exploração dos principais recursos minerais, exportando gás boliviano ao Brasil a preços bastante inferiores aos de mercado e acumulando altas taxas de lucro. Apesar de reconhecer que os acordos pós-nacionalização tenham feito alguma justiça aos bolivianos, o autor defende que a presença da empresa no controle da economia boliviana e as taxas de lucro decorrentes seguem altas. Entre outras questões, aponta ainda para o fato de apenas 100 famílias de grandes proprietários rurais brasileiros controlarem 32% da produção boliviana de soja e 35% das exportações do produto, denunciando que empréstimos do BNDES ao governo boliviano estiveram condicionados a não violação das propriedades dos brasileiros pelo projeto de reforma agrária previsto pela nova constituição. (LUCE, 2008)

A importância do BNDES no financiamento do expansionismo brasileiro é inquestionável. Empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa, JBS/Friboi, Vale, Petrobras sabem que podem recorrer (e recorrem constantemente) aos financiamentos do BNDES, mormente nas suas operações internacionais em países latino-americanos. O Banco disponibiliza suporte às aquisições e projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos, sobretudo na área de infra-estrutura, condicionando os financiamentos às compras de insumos e equipamentos do Brasil. Na América Latina, além da Argentina (mais de 50% dos investimentos), os vizinhos que mais receberam desembolsos do BNDES entre 2007 e 2009 são a República Dominicana, com 19,9% dos investimentos; Chile, 10%; Venezuela, 9,8% e outros, com 4,7% (*América Economia*, nov. 2009). Segundo matéria recente da *Folha de São Paulo* (18/09/2011):

> A exportação de obras de construtoras brasileiras explodiu nos últimos dez anos. O desembolso de financiamentos do BNDES para obras de empreiteiras brasileiras no exterior aumentaram 1.185% entre 2001 e 2010, passando de US$ 72, 897 milhões para US$ 937, 084 milhões. No governo Lula, que usou a diplomacia presidencial para abrir mercados para empresas brasileiras na África e América Latina, o crescimento foi de 544%. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa tiram uma parcela cada vez maior de seu faturamento de obras feitas em países como Venezuela, Peru, Angola e Moçambique.
>
> "O banco financia obras de infraestrutura desde 1997 e jamais houve uma demanda tão grande para projetos no exterior", diz Luciene Machado, superintendente de comércio exterior do BNDES. "Antes isso se restringia à Odebrecht, mas agora vemos todas as empreiteiras fazendo uma opção pela internacionalização", afirma. Ela prevê que os desembolsos devem chegar a US$ 1,3 bilhão neste ano, uma alta de 38% em relação a 2010. Já há contratos para construção de uma hidrelétrica na Nicarágua e hidrelétricas e gasoduto no Peru, que devem começar a ter desembolsos em breve.

As críticas aos investimentos externos – sob o argumento que poderiam ser direcionados às obras de infra-estrutura no país - são rechaçadas pelos defensores da internacionalização, para estes os investimentos no exterior são, indiretamente, investimentos nacionais. Conforme Ana Claudia Alem e Carlos Eduardo Cavalcanti, respectivamente economista e engenheiro do BNDES, a internacionalização "(...) é de particular relevância tendo em vista a possibilidade de estímulos indiretos às exportações a partir das firmas multinacionais domésticas (as filiais podem importar equipamentos, insumos etc. de fornecedores do país de origem)" (2005: 57). O vice-presidente da Odebrecht para América Latina e Angola, Luís Mameri, concorda, afirmando que mais da metade do que é usado nas obras internacionais é produzido no Brasil, promovendo um efeito multiplicador na economia local. Tem a mesma opinião o consultor do Banco Mundial e da FGV, Carlos Passos, para quem os desembolsos do Banco às operações no exterior seriam apenas uma atividade complementar, positiva ao crescimento da economia brasileira (*Revista América Economia,* nov.2009).

Em meio ao novo desenvolvimentismo transnacional há a continuidade da iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Muitos dos investimentos mencionados acima estão relacionados à Iniciativa, sendo que vários empreendimentos que o Brasil está executando através do

PAC estão articulados à IIRSA. O objetivo é criar/incrementar canais de intercâmbio e fluxo de mercadorias por meio da integração física entre os 12 países participantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela), com investimentos maciços em infra-estrutura concentrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações. Um projeto bastante ambicioso de integração física visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais estratégicos da América do Sul, sobre o qual falaremos a seguir.

III. Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (**IIRSA)**

A iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) constitui um mega projeto de integração visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais estratégicos da América do Sul. O planejamento estatal em torno de eixos de integração e desenvolvimento pretende avançar na interação entre economias de escala, custos de transporte e distribuição espacial da produção, além de incorporar as preocupações contemporâneas de sustentabilidade ambiental e social (embora os críticos da Iniciativa contestem tais preocupações). O projeto tem como pressuposto a adoção de um "modelo de desenvolvimento para fora", orientado, em grande parte, pelo estudo do ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Eliezer Batista da Silva, "Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América do Sul", de 1995. Estudo que defende a integração física, por meio da construção e aprimoramento da infra-estrutura no espaço sul-americano, como forma de ampliar as vantagens comparativas e a inserção competitiva da região ao mercado mundial, com a logística por eixos articulados de investimentos em transporte, telecomunicação e energia estimulando o comércio e os investimentos, adicionando valor e reduzindo custos. (SENHORAS, 2008; COUTO, 2009)

Os empreendimentos desenhados a partir do conceito de eixos de integração e desenvolvimento (EID) obedecem à lógica da complementaridade entre os projetos previstos, cada eixo organizado em torno de um determinado número de projetos âncora. Lançada ao mundo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, as trocas de governos desde então não implicaram no seu abandono, o que significa que mesmo governos considerados à esquerda o aprovam[3]. Na reunião de Cuzco, no Peru, em dezembro de 2004, os presidentes dos 12 países reafirmaram seu compromisso com a Iniciativa e aprovaram a *"Agenda de Implementação Consensual 2005-2010"*, que definia os 31 projetos prioritários a serem concluídos até 2010. A agenda consensual seria bem mais modesta face às metas do projeto inicial, conforme Araújo Jr.

4. Contudo, há problemas com a Venezuela, relatório de Pesquisa do IPEA, "A integração de infra-estrutura Brasil-Venezuela: A IIRSA e o Eixo Amazônia-Orinoco", relata o baixo grau de adesão do país à IIRSA: "Nos dez anos de IIRSA esse foi o Eixo que registrou menos projetos relevantes apresentados/executados (apenas a ponte que liga o Brasil a Guiana) e a Venezuela sequer tem tentado pautar os debates atuais sobre o redirecionamento da IIRSA. O baixo grau de adesão da Venezuela à IIRSA é revelado tanto no número de participantes enviados às reuniões das instâncias da Iniciativa (CDE, Coordenadores Nacionais e GTEs), como no escalão dos funcionários de governo venezuelanos enviados". (www.ipea.gov.br/.../110511_relat_brasilvenezuela_integrinfraestrutura/pdf.)

5.

(2009), os governantes incluíram nela aqueles projetos que, com base nas informações disponíveis em dezembro de 2004, seriam certamente concluídos até 2010. Dentre os dez eixos iniciais seriam agora priorizados sete e os mais de 300 projetos reduzidos a 31, sendo dois na área de comunicações, um na área de energia e 28 na área de transportes.

Em maio de 2008, em Brasília, quando foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), os compromissos seriam reafirmados e os resultados comemorados, dos projetos da agenda consensual, sete haviam sido concluídos e 11 estavam com o cronograma em dia. Em termos de valor, os 18 projetos representavam cerca de 80% dos investimentos totais da agenda. Sendo o número de projetos em andamento maior, pois, como dito antes, o Brasil executa com o *Programa de Aceleração do Crescimento* (34) projetos previstos na IIRSA e o PAC foi lançado no início de 2007, indo além da agenda de 2004. No entanto, para Araújo Jr.(2009), o conjunto mais limitado de investimentos prejudicaria uma das características centrais da IIRSA: a de complementaridade entre os projetos de cada eixo e sua implantação simultânea a fim de evitar a geração de novas disparidades regionais. Mas o autor reconhece que obras públicas de longo prazo raramente são executadas de acordo com os planejamentos e cronogramas originais, geralmente alterados ou interrompidos ao sabor dos rumos políticos e econômicos locais e internacionalmente. Risco, segundo ele, particularmente alto no caso da IIRSA, cuja continuidade dos projetos dependeria que a cada renovação de presidentes nos doze países se mantenha o apoio à iniciativa.

De nossa parte, consideramos que, politicamente, a continuidade dos apoios é bastante provável, tanto que governantes o têm renovado desde 2000. O que não é difícil de compreender: 1º há interesses poderosos, regionais e internacionais, envolvidos nos projetos de integração da infra-estrutura regional; 2º a Iniciativa não vai de encontro ao modelo de acumulação vigente, especialmente no Brasil.

Como escrevera Carlos Lessa (1998), ao analisar o II PND, a atuação do Estado está balizada por grandes “pactos” que delimitam o raio de manobra às decisões estatais dentro de uma estrutura de dominação. A despeito das dificuldades teóricas envolvidas na definição do que seja “pacto", podemos apreendê-lo como as grandes coalizões de interesses entre os detentores do capital, “praticamente inatacáveis”. Seja devido à articulação com o capital internacional hegemônico ou à centralidade que adquirem internamente na equalização dos diversos interesses em jogo (necessária à própria amortização dos conflitos que a articulação com o capital financeiro internacional pode produzir). Desta perspectiva, no Brasil “moderno”, um pacto é de particular importância: o que solda em uma ampla frente de interesses o bloco da grande engenharia nacional com amplas frações do capital industrial nacional e estrangeiro, fornecedores de materiais/equipamentos, e, pelo volume de emprego que gera direta e indiretamente, com a indústria de bens finais de consumo e a produção agrária (sem falar no “mercado de votos”). Ou seja, o setor da construção civil tem um papel crucial, sendo vital à sustentação do ritmo de atividade, pois se articula com diversos interesses da indústria de materiais/equipamentos, setores mercantil, imobiliário e financeiro, além de indiretamente, por meio da geração de empregos, com a indústria de bens de consumo e com a agricultura.

Um “pacto” que mantém uma estreita articulação com os investimentos públicos, que devem obedecer a uma hierarquia de prioridades tendo em vista as articulações dominantes, tais como: 1) construção da infra-estrutura necessária à expansão privada (investimentos no sistema de transporte, comunicações etc.); 2) suprimento de certos insumos, notadamente de geração e distribuição de energia. A iniciativa de IIRSA encaixa-se perfeitamente a essa lógica, que denominaríamos a política do possível, sem rupturas com o padrão de acumulação vigente. Pela via da contemporização, evitando conflitos de interesses mais agudos; mesmo porque os detentores da riqueza no Brasil dificilmente concordariam com a transferência dos recursos vultosos, por exemplo, à revolução educacional, o que efetivamente deveríamos copiar da experiência sul-coreana que parece servir de inspiração ao governo, especialmente ao presidente do BNDES (no que diz respeito à formação de grandes grupos empresariais, os “campeões nacionais”). Já o expansionismo financiado pelo Estado é muito bem-vindo. Por sua vez, a abordagem de Lessa (1998) do circuito financeiro como o banquete “ali na esquina”, cuja mesa já estava posta à época em que foi lançado o II PND, serve para entendermos também o “desenvolvimentismo” dos governos Lula: a mesa estava posta e, muito provavelmente, o “sonho de potência” só seria tolerado se não fosse interrompido o banquete.

A principal dificuldade à iniciativa de IIRSA não é, portanto, política e, sim, financeira, de dependência de investimentos estatais, fundamentalmente brasileiros, pois apesar das acusações de imperialismo, efetivamente os países envolvidos esperam que o Brasil assuma definitivamente a iniciativa da integração física regional. Nos últimos anos, o BNDES foi se convertendo no “banqueiro” principal dos empreendimentos[4], entretanto a capacidade de o Banco continuar bancando o capitalista financeiro, via transferências do Tesouro, pode encontrar seu limite em breve, caso a situação internacional se agrave muito, parcerias internacionais têm sido buscadas (se aposta também nos recursos do pré-sal), mas é tudo muito incerto. E seria importante evitar controles “desde fora” (além da demanda), impedindo a participação majoritária do capital estrangeiro. Mesmo assim, não está descartado que se entregue tudo aos “imperialistas” por excelência na 1ª crise mundial que atingir decididamente o Brasil, com o apoio dos governos dos países membros na empreitada. Ou não (até porque o “centro” talvez não esteja em condições para tanto), e aí tudo pode ficar mais estimulante. A idéia da integração envolve tantas contradições que o desfecho pode ser inusitado e positivo, como foi no caso do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que pode ser considerado o ponto de partida à iniciativa de IIRSA.

---

6. O que marca uma diferença para com os governos FHC, a ausência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - e a presença do BID, no qual a influência norte-americana tende a ser muito forte. Nos governos Lula o banco de fomento nacional foi decisivamente incluído à Iniciativa. E, conforme relatório de pesquisa do IPEA (op.cit.): “Em junho de 2010, a IIRSA se tornou órgão técnico do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), passando a receber diretrizes políticas dos países da Unasul e reduzindo a influência do trio BID-CAF-Fonplata”. Sobre a participação do BNDES, CAF e Fonplata no financiamento da infra-estrutura sul-americana ver Simone Deos (2010).

7.

Para os críticos, a IIRSA responde a um desenho estratégico desde os centros do poder hegemônicos, articulado a grandes interesses econômicos locais, consistindo numa versão *light* da ALCA, com o Brasil no papel de comandante-mor dos interesses das grandes corporações mundiais, interessadas em extrair o máximo da integração sul-americana, sobretudo no que tange à exploração dos recursos energético/minerais. Sendo que alguns dos projetos previstos na área de energia visariam à exploração de recursos de países fragilizados economicamente – como a Bolívia e Peru - para abastecimento energético de regiões no Brasil em benefício de empresários locais. De maneira geral, os críticos da iniciativa encaram os projetos como investimentos que interessam muitíssimo ao Brasil, com as obras de infra-estrutura ainda rendendo juros e venda de engenharia/equipamentos[5]. Alegam ainda que, se a iniciativa for integralmente realizada, mais da metade das áreas de conservação ambiental na região Amazônica será afetada, com a destruição de territórios indígenas e modos de vida de populações locais. E estaríamos assistindo à crescente "flexibilização" das leis ambientais pelos governos sul-americanos e à grande imprensa criminalizando as tentativas de resistência popular (dos camponeses, indígenas e quilombolas), tratadas como empecilho ao desenvolvimento regional.

O fato é que os projetos de IIRSA vêm acrescentando mais lenha à fogueira das manifestações de descontentamento com o "imperialismo" brasileiro, que têm crescido nos meios acadêmicos e de comunicação latino-americanos devido ao expansionismo de empresas brasileiras pela região. Em meio às acusações de imperialismo ao Brasil, tem chamado atenção certa retomada das teses de Rui Mauro Marini, que busca apreender o expansionismo brasileiro por meio da noção de "subimperialismo". Definida como a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista, exercendo uma política expansionista em cooperação antagônica com as economias centrais, Marini desejava com a noção entender a internacionalização da economia brasileira na época do regime militar[6]. Mesmo simpatizando com as posições do autor e apostando que sua retomada possa ser produtiva, consideramos que o expansionismo das economias dependentes só pode ser tema de pesquisa empírica, tendo em conta, no plano interno, o papel do Estado à sua realização e, no externo, a competição intercapitalista mundial em conjunturas concretas. Isto é, não vemos sentido em falar numa "teoria" do subimperialismo. No que tange à análise da integração sul-americana, a idéia de "cooperação antagônica" de Marini parece-nos mais produtiva, especialmente à investigação das relações com a China. A expansão chinesa na região é bastante problemática às ambições de liderança regional brasileira, pois governantes locais podem explorar a "competição" entre os dois países - o

8. Ver, por exemplo, Ceceña, 2009.

9. Não teríamos como reproduzir essa retomada do pensamento de Marini, uma boa experiência neste sentido é a de Mathias Luce (2007), propondo uma apropriação atualizada das contribuições da "teoria do subimperialismo" de Marini à análise dos governos Lula. Além do capítulo 1, as referências bibliográficas do autor dão conta da retomada mencionada. Vale anotar que um argumento contrário a essa retomada seria que o Brasil hoje é uma democracia, limitando a análise de Marini à ditadura militar, como se somente autocracias tivessem práticas imperialistas. Nós preferimos falar em expansionismo com práticas consideradas imperialistas na reflexão sobre os governos Lula.

que, evidentemente, é acertado, se a atuação do Brasil também for eminentemente imperialista[7].

Todavia, ainda que as acusações ao Brasil de práticas imperialistas tenham fundamentos concretos, é preciso também reconhecer que o expansionismo de países mais ricos sobre os mais pobres pode ser elemento motor do desenvolvimento e crescimento econômico. A despeito das vantagens para o Brasil (bem maiores segundo os críticos), as obras de infra-estrutura (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos, telecomunicações) na região não deixam de ter efeitos positivos para a economia dos países em questão. Eis a dimensão que precisa ser sobrevalorizada e difundida. Ademais é bem mais fácil negociar/barganhar com um país periférico, sem grande poder de imposição (inclusive militar), como o Brasil, que o contrário. Enxergamos positivamente a idéia da integração física regional até pelo embate político regional que deve fomentar. Claro que os empreendimentos precisam ser amplamente divulgados e o debate incandescido, sendo o ativismo político fundamental à responsabilidade sócio-ambiental na condução do processo de integração.

Nos limites deste texto, não teríamos como abordar, sequer superficialmente, os 31 projetos da iniciativa à IIRSA. A título de conclusão, apenas arriscaremos defender a iniciativa, acreditando que as vozes contrárias, que focam no reforço do setor primário-exportador, de certa forma, ignoram que é outro o contexto, muito favorável às exportações de commodities devido ao crescimento da China. E está mais que na hora de se atrelar definitivamente o desenvolvimento à distribuição de renda, aos serviços sociais básicos de qualidade, ao incremento das capacidades imateriais, sendo que aumentar a renda das exportações – por meio de investimentos em infra-estrutura que facilitam o fluxo de mercadorias – pode ser bastante acertado. A negação pela negação (do desenvolvimento capitalista "globalizado") é que não nos parece fazer o menor sentido.

Como observou Antonio Barros de Castro, numa entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* (11/04/2011), com a ascensão do leste asiático, capitaneada pela

---

10. Por exemplo, segundo matéria do jornal a *Folha de São Paulo*: "o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, aposta na parceria com a China para alavancar sua campanha para a reeleição em 2012. Os chineses são sócios dos projetos prioritários do governo - como financiadores, em participação direta ou ambos-, incluindo o megaprograma habitacional lançado no fim de semana. 'Estou apaixonado pela China', disse Chávez em março passado, junto a executivos chineses da empreiteira Citic, que promete construir 40 mil casas até 2012. A soma dos principais projetos habitacionais venezuelanos com que o Brasil, sócio tradicional no setor de construção, está envolvido resulta em 20 mil casas - a metade da meta da Citic. (...) Tanto a paixão de Chávez quanto os ciúmes brasileiros têm razões objetivas. Segundo o Ministério de Economia e Finanças, a Venezuela tem hoje à disposição US$ 32 bilhões de crédito com a China. Segundo o governo, US$ 6 bilhões já estão destinados a 23 projetos prioritários e outros US$ 10 bilhões estão à espera de melhores planos. (...) A queixa de empresários [brasileiros] ouvidos pela Folha é que só os projetos com o selo da parceria com Pequim levam os recursos. (...) A preocupação ocorre ainda no setor de vendas de máquinas brasileiras, de construção ou agrícolas, já que também neste setor os contratos chineses são fechados: financiam, vendem insumos e, agora, operam os projetos". (*Folha de São Paulo,* 10/05/2011, caderno Mundo)

11.

China, “países mais atrasados compram manufaturados baratos e exportam matérias-primas cada vez mais caras”. E viria aí a “China 2”, em busca de produtos menos poluentes, verdes. “A China 1 é a do "made in China", e eles deram uma surra baseada em trabalho barato e em imitação tecnológica”. A nova China será a do "created in China". Tendo em vista este contexto novo, o autor propõe uma alternativa, diríamos “adaptada” à China, priorizando setores nos quais os chineses não estão nem estarão:

> Seriam setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. (...) Não proponho uma volta ao agrário. O agrário é uma trégua para você, por exemplo, construir uma indústria ligada ao pré-sal, de satélites, de novos materiais, de aços especiais. É aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais. A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para em dez anos os plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. É usar a China como mercado. É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima.

Ampliar as possibilidades de exportação de commodities, por meio da integração física, pode alavancar recursos para estratégias na linha da proposta do autor, sendo desnecessário salientar que, tendo em vista sua dimensão territorial/populacional e o dinamismo urbano-industrial, o Brasil não pode embarcar na re-especialização produtiva, assim como não deve ignorar a importância da integração regional na busca de posições internacionais mais relevantes que resultem em maior poder de barganha e autonomia político-econômica à região. A dificuldade principal, já indicada, diz respeito à capacidade financeira do Brasil para liderar o projeto; além de ser um tanto complicado para um país, com problemas sociais graves internamente, arcar com os custos de tal integração, mesmo que centrada na cooperação econômica e investimentos em infra-estrutura que devem incrementar as relações comerciais, intra-regionais e com o mercado mundial.

Nos últimos anos tem suscitado críticas e polêmicas o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de “banqueiro” principal da conglomeração empresarial e à política externa expansionista/integracionista do Brasil. Ainda que o Banco venha alcançando êxito na maioria das suas operações, cumprindo com os objetivos de lucro e obrigações ao Tesouro, o endividamento público promovido pelo diferencial entre o custo de captação do Tesouro e a taxa a ser recebida no crédito contra o BNDES está no centro do debate. Certamente, a política de juros altos é o “banquete” que engorda todo o grande capital, à diferença que os agraciados pelos recursos do BNDES ganham no circuito financeiro e com os investimentos financiados pelo Banco. Neste cenário, consideramos menos mal que os recursos sejam direcionados aos investimentos em infra-estrutura no país e/ou em países vizinhos, é mais produtivo que financiar compras/fusões entre empresas privadas - ao menos os financiamentos representam ganhos de infra-estrutura à região. O Banco tem contribuído decisivamente para tanto, todavia a “obsessão” pelos grandes grupos persegue a Instituição e está por trás da própria “estratégia” de integração física regional.

Além do diferencial nas taxas de juros que recaem sobre o Estado brasileiro; os críticos apontam à falta de transparência na atuação do Banco (e/ou mesmo de planejamento adequado); à transferência de recursos públicos para o setor privado segundo critérios "patrimoniais"; também levantam dúvidas quanto à política de fortalecimento do capital nacional (geração de grandes grupos internacionalizados), combinada ao expansionismo internacional, como caminho para o desenvolvimento. Investimentos no exterior ainda são vistos como desvio de recursos que poderiam ser direcionados às obras em infra-estrutura local e outras necessidades sociais prementes do país. Outra dimensão importante diz respeito à autonomia dos Estados sul-americanos, mormente o brasileiro, para cobrar das grandes empresas envolvidas nos projetos de infra-estrutura as metas de desempenho e o cumprimento das regras contratuais estipuladas, especialmente a qualidade dos serviços prestados por empresas nacionais em outros países, a fim de se evitar conflitos como os que envolveram, por exemplo, as atividades da Odebrecht no Equador.

E muitos outros questionamentos poderiam ser arrolados, entre os quais mencionaríamos: dúvidas quanto à capacidade dos governos locais em manter a propriedade de empresas capitalizadas com recursos públicos predominantemente em mãos sul-americanas. E seria o financiamento de grandes empresas (a "parceria público-privado") o melhor caminho à liderança brasileira da integração regional? Os grandes investimentos em infra-estrutura não estariam dominando a agenda da integração em prejuízo do MERCOSUL, obstaculizando os avanços político-institucionais (a integração política) desejados por defensores do Bloco? Quanto às acusações crescentes de imperialismo, valeria a pecha de imperialista por causa de investimentos no campo das atividades primárias e/ou negócios no setor da construção civil/infra-estrutura básica, em países caracterizados pela instabilidade política? Seriam os governos da região capazes de coordenar grandes obras de infra-estrutura com responsabilidade sócio-ambiental e/ou a "sociedade civil" capaz de reagir/impedir as arbitrariedades existentes ou que forem surgindo?

O leque de questões controversas é bem mais amplo e deve orientar as pesquisas sobre a integração regional sul-americana. Esperamos ter conseguido traçar um panorama acerca do objeto de estudo IIRSA. Como dissemos, são muitas as contradições e dilemas envolvidos no projeto de integração física sob a liderança do Brasil, o que não significa que não se deva tentar. Até porque, se a alternativa à exploração de recursos naturais for a sua não exploração, parece-nos melhor seguir adiante. Numa aposta arriscada, entre a justiça das críticas e o desenvolvimentismo transnacional deste início de século, estaríamos defendendo este último. Pelas razões indicadas, por apostarmos que tentar é melhor do que não fazê-lo. Não obstante, debates e estudos mais exaustivos a respeito da Iniciativa em andamento sejam fundamentais.

IV. O gasoduto Brasil-Bolívia

As primeiras conversas entre Brasil e Bolívia visando à importação de recursos energéticos bolivianos ocorreram nos governos Vargas, com o assunto voltando à tona em vários governos posteriores. No entanto, as negociações só deslancharam nos anos 90, com os acordos entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Gonçalo Sanches de Lozada para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. O marco inicial de uma história bastante nebulosa

pode ser localizado na Lei 1689, aprovada em abril de 1996 (cuja legitimidade seria contestada pelos movimentos sociais que derrubaram o segundo governo de Lozada). Embora mantendo a propriedade do subsolo com o Estado boliviano, a Lei quebrou o monopólio pela empresa estatal boliviana YPFB sobre a exploração de recursos naturais estratégicos, de forma a permitir a participação de grupos privados[8].

Em síntese, a mudança constitucional tornava a exploração de gás natural e petróleo acessíveis tanto a grupos privados nacionais como estrangeiros, cabendo ao Estado supervisionar os processos/operações de exploração destes recursos (sem definir qualquer diretriz e/ou mecanismos de controle e fiscalização[9]). Com a aprovação da Lei 1689, o projeto de construção do gasoduto assumiria formas concretas, personificadas em duas companhias: a GTB (Gás TransBoliviano S/A), pelo lado boliviano; e a TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A) pelo brasileiro. A Petrobras, através da Gaspetro, financiaria grande parte dos investimentos também pelo lado boliviano: 84% para deter apenas 9% de participação acionária na GTB. E o projeto que, em princípio, dizia respeito às negociações Brasil-Bolívia de longa data ganhou novos sócios, cabendo às multinacionais Shell e Enron o controle acionário da companhia boliviana, com 30% das ações cada uma - composição acionária a ser alterada nos anos seguintes, com a entrada de outras multinacionais no negócio, sobretudo após a falência da Enron (Dávalos, 2009).

GTB		TBG	
Enron	30%	Gaspetro	51%
Shell	30%	BBPP Holding Ltda	29%
Fundos de pensão bolivianos	25%	Shell	7%
Gaspetro	9%	Enron	7%
BBPP Holding Ltda	6%	Fundos de pensão bolivianos	6%

Da participação das empresas Shell e Enron, tendo em vista notícias colhidas nos meios de comunicação, é possível dizer que provavelmente tanto bolivianos como brasileiros foram vítimas de pressões (e operações fraudulentas) envolvendo as multinacionais em questão, empresários e

12. À época argumentou-se que a abertura à iniciativa privada era necessária devido às dificuldades de capitalização da empresa estatal, imprescindível aos investimentos novos à modernização no setor de hidrocarbonetos e ao incremento da produção. Outros setores estratégicos foram incluídos - como telecomunicações, transportes, abastecimento de água, eletricidade -; aliás, conflitos em torno da "privatização da água" foram fundamentais às mobilizações populares deste início de século na Bolívia, iniciadas com a "guerra da água" em 2000 (retratada no filme *The Corporation*).

13. Que segundo entrevistados por Dávalos (2009), concretamente, não existiu. E nos contratos posteriores, estabelecidos pelo governo Lozada, os tributos em favor do Estado boliviano eram bastante baixos (18%, contra os 50% vigentes antes). Conforme Dávalos (2009): "Se for considerada a quantidade da participação governamental estabelecida pela lei 1689 (...) o governo boliviano auferia benefícios diretos de 18% do gás natural em boca de poço. Montantes que representavam entre 200 a 300 milhões US$, contra 900 a 1300 milhões US$ que corresponde às empresas operadoras" (p. 320).

14.

políticos locais. Não teríamos como avançar sobre o assunto, mas com a falência da Enron vieram à tona denúncias de fraudes envolvendo a empresa e o governo boliviano Lozada. Sob pretexto de que a Bolívia necessitava de recursos e sócios para não ficar refém do Brasil, o contrato com a Enron teria sido assinado em Miami, segundo as leis do estado de Nova Iorque, sob o comando de um grupo formado por empresários ligados a Compañia Minera del Sur (COMSUR), cujo principal acionista era o próprio Lozada. O negócio envolvia, além da Enron, parceiros como o Banco Industrial S.A. (BISA) e o Citibank. A Shell teria sido convidada à participação a fim de se evitar acusações de monopólio pela Enron sobre o gasoduto pelo lado boliviano.

No Brasil, a importação do gás boliviano, há tempos cogitada por governantes e empresários (especialmente do sul e sudeste), era vista como uma boa alternativa numa conjuntura assombrada pelo risco dos "apagões". Do ponto de vista da política externa, a estratégia de integração física sul-americana angariava simpatias, sendo que, mesmo com as nacionalizações do governo Morales, o investimento não foi economicamente (do ponto de vista da lucratividade) prejudicial à Petrobrás. Se durante as negociações Brasil-Bolívia, para a retomada do controle boliviano sobre empresas estrangeiras, muitos aproveitaram para criticar o governo Lula e acusá-lo de não defender devidamente os interesses nacionais, o fato é que a empresa brasileira recebeu de volta o valor dos investimentos, sem contar os lucros obtidos com a construção/operação do gasoduto (aliás, na imprensa boliviana surgiram críticas acerca das indenizações "generosas" do governo Morales). Já a Bolívia encontrou no mercado brasileiro uma ótima alternativa à Argentina (cujo contrato de importação de gás boliviano terminara em 1992) e um crescimento significativo das reservas de gás natural a partir dos investimentos realizados. Conforme Dávalos, o nível de reservas "(...) de gás natural teve uma taxa de incremento anual da ordem de 31% entre 1997 e 2005. Em somente seis anos (até 2003), as reservas de gás natural passaram de 160 bilhões de m^3 a 1550 bilhões de m^3, uma relação de quase 10 vezes" (2009: 318).

Com os novos acordos assinados entre os governos Lula e Morales foram alcançados preços e condições mais favoráveis aos bolivianos, cuja à carência nos acordos anteriores pode ser debitada parte da responsabilidade pelos movimentos pró-nacionalizações na Bolívia. As grandes mobilizações e conflitos sociais da denominada "guerra do gás" são conhecidos. Ainda em 2002, no governo de Jorge Quiroga, as especulações em torno da construção de um gasoduto passando pelo Chile geraram grande descontentamento. O projeto voltaria à tona no 2º governo de Lozada, sendo formado um consórcio – o Pacific LNG conposto pelas multinacionais British Gas, British Petroleum y Repsol/YPF-, a fim de levar a cabo o empreendimento. O objetivo era exportar gás do campo de Tarija para os EUA e México e, sob o argumento que se tratava de um projeto caro, a ser bancado pelo consórcio, as condições negociadas eram bastante ruins para a Bolívia. A longa inimizade com o Chile (para quem a Bolívia perdeu território e saída para o mar na guerra do pacífico), as condições desvantajosas para os bolivianos, somadas ao descontentamento com as interferências norte-americanas no combate da coca, estariam no centro das manifestações que abriram o período de crise social e política que derrubariam o governo Lozada em outubro de 2003.

Depois de um breve período de relativa paz e negociações com o governo de Carlos Mesa (vice de Lozada que assumiu a presidência), uma nova onda de

manifestações, greves e conflitos levariam o novo presidente a renunciar em junho em 2005. As razões imediatas seriam a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do País (considerada "entreguista") e o descontentamento com a atuação da companhia Suez-Lyonnaise des Eaux, a multinacional que administrava os serviços de água potável e os esgotos de La Paz e de El Alto. Um governo de transição tomou posse, encabeçado pelo presidente do Judiciário, Eduardo Rodríguez, que convocou nova eleição para dezembro de 2005. Numa campanha eleitoral acirrada, as reivindicações pela recuperação dos recursos naturais e convocação de uma Assembléia Constituinte, defendidas por Evo Morales e movimentos sociais que o apoiavam, venceram as eleições de dezembro.

De fato, dos planos à construção do gasoduto Brasil-Bolívia, a tendência à exploração predominou sobre a cooperação, em prejuízo do Estado boliviano. A revolta popular inverteu, com justiça, as "regras do jogo", exigindo a retomada do controle sobre as riquezas naturais do seu país, sendo que, com os resultados alcançados depois de muita luta, a construção do gasoduto acabou por tornar-se defensável: supriu uma carência energética brasileira, legando à Bolívia um investimento produtivo e um incremento notável das reservas de gás natural. Se a empresa mais prejudicada com as nacionalizações fora a estatal brasileira, pois era a que mais investiu na Bolívia, a verdade é que a Petrobras obteve lucros para lá de compensatórios, o que diz respeito também às outras empresas envolvidas a despeito dos riscos dos financiamentos recaírem majoritariamente sobre o Brasil. E apesar da efetiva redução nos ganhos, o investimento continua suprindo as necessidades fomentadas de gás natural da Bolívia e a estatal brasileira manteve, após as nacionalizações, uma rentabilidade em média superior aos 15% em seus negócios com o país vizinho, o que não é nada mal (DUARTE *et al*, 2008).

Fundamental é que a economia boliviana tem crescido desde as nacionalizações: no primeiro ano de governo cresceu mais de 4%; em 2008, em torno de 6% e, em 2009, sob os efeitos da crise internacional, 3,4%. Como disse Luis Arce Catacora, ministro de Economia e Finanças da Bolívia, "Antes la plata se iba, ahora se queda acá". É certo que a alta nos preços de *commodities* ajudou e muito, mas segundo o ministro Arce o segredo do crescimento econômico boliviano após nacionalizações, menos que na alta nos preços de *commodities,* encontra-se na demanda interna, impulsionada pelo que o ministro denomina "nuevo modelo económico social productivo", baseado em estímulos ao setor produtivo e num "programa de bonos de apoyo para adultos mayores, escolares, embarazadas y madres solteras para redistribuir la riqueza nacional" (o "lulismo" boliviano). Entretanto, muitos consideram a política fiscal do governo excessivamente austera e defendem que, menos que manter em alta as reservas, a Bolívia precisaria de uma política sócio-econômica menos tímida, com mais gastos e investimentos (RUDOVSKY, 2010).

Talvez a dependência externa não aconselhe maior ousadia, num governo que enfrenta forte oposição internamente, ainda mais depois das nacionalizações que, de início, afugentaram o capital estrangeiro. Também é possível que as alternativas estejam nos limites de uma economia de enclave, baseada nas exportações de matérias-primas, sem domínio de recursos científico-tecnológico e dependente de investimentos externos. O governo tem apostado no lítio e entabulado conversações com empresas estrangeiras para investir na

sua exploração. Há esperança de transferência de tecnologia e investimentos industriais no país, com vistas à diversificação da economia, produzindo compostos químicos de maior valor agregado e, quem sabe, também baterias e veículos. Vale salientar que o problema maior não é ser uma economia pouco diversificada, cujo eixo dinâmico gira em torno das exportações de commodities, este só é o problema maior quando a renda não é distribuída. Países como Noruega e Holanda, embora estejam longe de economias de enclave, têm nas exportações de commodities uma grande fonte de renda e isto não significa pobreza e subdesenvolvimento.

Portanto, identificar o "desenvolvimentismo" na região à distribuição de renda/serviços sociais básicos é o mais acertado; assim como aumentar a renda das exportações por meio de investimentos em infra-estrutura que facilitem o fluxo de mercadorias. Mesmo porque, muito provavelmente, a maioria dos países que fazem parte da IIRSA não serão economias industrializadas. A dificuldade é eminentemente política: como seguir na direção da integração, com o desenvolvimento atrelado à distribuição de renda/serviços sociais de qualidade, num país como a Bolívia ou qualquer outro da América do Sul? Por mais que o povo boliviano venha demonstrando uma incrível capacidade de luta neste início de século é tudo muito complicado, porém é preciso tentar.

IV Conclusão

O gasoduto Brasil-Bolívia é um exemplo de como não deve ser conduzido o processo de integração na região - cuja ênfase deve ser a cooperação, não a exploração. Felizmente, a reação na Bolívia conseguiu reverter seu sentido impondo a cooperação sobre a tendência à exploração. Atuar no sentido da cooperação/integração é o mais acertado não apenas por ser essa a atuação correta, sob qualquer ponto de vista "racional" (buscar a paz), mas também porque o Brasil tem conduzido uma ação expansionista (ou "imperialista") relativamente solitária, centrada no seu poder econômico-financeiro, fundamental à região, no entanto (e felizmente) sem "poder de bala". E ainda que o país detivesse poder militar "de potência", submeter qualquer país vizinho a formas de imperialismo militar seria absurdo, acirrando as mobilizações contrárias ao expansionismo brasileiro na região. Agora o Brasil não tem poder militar para tanto e vai demorar muito para alcançá-lo, se é que um dia o alcançará.

No que tange à execução da IIRSA, como dito antes, boa parte das alegações contrárias, que focam no reforço do setor primário-exportador, de certa forma, ignoram que é outro o contexto, muito favorável às exportações de commodities e ampliar as possibilidades de exportação de commodities, por meio da integração física, pode alavancar recursos para estratégias produtivas que tornem a região menos dependente das economias centrais. A dificuldade principal diz respeito à capacidade financeira do Brasil para liderar o projeto; além de ser um tanto complicado para um país, com problemas sociais graves internamente, arcar com os custos de tal integração, mesmo que focada na cooperação econômica e nos investimentos em infra-estrutura que devem incrementar as relações comerciais, intra-regionais e com o mercado mundial. Caminho que ainda enfrenta oposições na região por ser eminentemente econômico, supostamente na contramão do sentido mais político-institucional identificado ao MERCOSUL.

Como observou Machado (2008), existem duas estratégias em voga: expandir sua condição de *global player* - se posicionando como país importante no cenário internacional – e/ou avançar na integração regional. As duas estratégias esbarrariam em limites claros: devido à baixa capacidade militar, o Brasil não teria muito como opinar nas grandes questões de segurança mundial e sua influência estaria mesmo confinada à esfera regional; cuja integração implica em custos altos, com benefícios à mercê de muitas variantes. Quer dizer, faltaria ao Brasil capacidade para cumprir com o que se espera de um ator global relevante e, quanto à sua liderança regional, pairam sérias duvidas sobre se valeria converter o discurso pró-integração em ação efetiva, rumo à maior institucionalização e ampliação do MERCOSUL. De nossa parte, acreditamos que liderar a integração física deveria ser prioridade, mesmo à ambição de liderança global e avanços político-institucionais à integração regional.

Para concluir, recuperaremos certa distinção entre "potências" e "potências regionais", a fim de incluir o Brasil no segundo grupo e defender a integração física regional como condição à consolidação/expansão do país como potência regional. Conforme Valencia e Ruvalcaba (2011), as potências médias não devem ser confundidas com as potências regionais, pois gozam de um status estável e quase inalterável no sistema internacional da guerra fria e após guerra fria:

> De acuerdo con nuestro análisis, las potencias medias son Estados centrales y desarrollados, por lo que muestran indicadores elevados de capacidades inmateriales. No obstante, a diferencia de las potencias mundiales, las potencias medias cuentan con capacidades materiales más limitadas, restricción que las ubica jerárquicamente por debajo de las potencias mundiales, pero por encima de las potencias regionales. Es importante anotar que estas potencias medias difícilmente lograrán ampliar sus capacidades materiales, pues este es su talón de Aquiles. Al no ser potencias mundiales, no están en el G7 ni en el Consejo de Seguridad, pero si son miembros de la OCDE y juegan papeles importantes en las instituciones y regímenes internacionales. (Valencia e Ruvalcaba, 2011: 8)

Já as potências regionais são definidas por um status dinâmico e ainda instável no sistema internacional após guerra fria, localizadas nas áreas "periféricas", são consideradas economias semiperiféricas ou em vias de desenvolvimento, que contam com capacidades imateriais limitadas (educação, saúde, PIB per capita, ciência e tecnologia, etc.), destacando-se por suas capacidades materiais - sobretudo, capacidades industriais, mas também as militares. A condição de semiperiferia seria tanto um ponto de chegada a partir da situação periférica como um ponto de partida rumo às posições mais destacadas (ao Centro, possível para os autores, na medida em que a China é classificada como potência regional→global), sendo a condição semiperiférica ou em vias de desenvolvimento não uma situação momentânea ou efêmera e, sim, de média ou longa duração em função do rol de tarefas que se tem a cumprir.

A análise de Valencia e Ruvalcaba (2011) sobre as potências regionais parece-nos interessante à reflexão sobre a IIRSA, tendo em vista as ambições do Brasil de liderança regional, pois tem dinâmica. Na utilização que fazemos dos autores, destacaríamos a afirmação abaixo:

> Todo indica que es muy poco lo que se puede esperar de afuera y sobre todo del centro, puesto que el centro se desarrolla por la explotación de la periferia y de la semiperiferia. El centro es un obstáculo mayor para el

> cambio de posición estructural y los Estados centrales, sobre todo las potencias mundiales, se encargan de que esto sea así. Por otro lado, la política exterior se convierte en un importante medio de impulso al desarrollo interno-nacional. La búsqueda de alianzas con Estados centrales apacibles y tolerantes, con Estados de la misma semiperiferia que también van en la misma perspectiva de desarrollo e incluso con Estados periféricos que buscan determinada movilidad, forma parte de una política exterior proactiva y autónoma. En síntesis, el camino de las potencias regionales implica concertación, acuerdo, consenso y voluntad político-social (un rol proactivo de los actores sociales y de sus élites) y una estrategia de desarrollo interno-nacional para destacar dentro de los Estados semiperiféricos, hasta convertirse en potencias regionales. (2011:16, grifo nosso)

Nesta direção é que devem se orientar as ações visando à integração regional (e em certa medida foi a direção adotada pelos governos Lula), sendo que o desenvolvimento deve ser definitivamente identificado à distribuição de renda e serviços sociais básicos de qualidade, ao incremento das capacidades imateriais. Enfim, numa aposta arriscada, entre a justiça das críticas e o desenvolvimentismo transnacional deste início de século, estamos defendendo este último. Pelas razões indicadas, por concordarmos com os prós do projeto apresentados pelos seus defensores, apostando no fortalecimento político-econômico da região por meio da integração. Não obstante sejam fundamentais debates e estudos mais exaustivos a respeito da Iniciativa em andamento e nada garanta que o desfecho será à maneira do gasoduto Brasil-Bolívia. Estamos apostando (ou desejando) que possa ser melhor, da prática política aos resultados, embora nos limites do padrão de acumulação vigente, consolidar/expandir o poder regional dificilmente levará o Brasil para muito além da região - como, por exemplo, à posição de periferia de 1ª classe similar à Coréia do Sul.

Referências Bibliográficas:

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: Algumas Reflexões. ***Revista do BNDES***, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.

ARAUJO Jr., J. T. de. "Infra-Estrutura e Integração Regional. O papel da IIRSA", 2009. www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/oe_rio09_cindes_tavares.pdf

BELLUZZO, L. G. M. Esperanças do passado. *Lua Nova*, São Paulo, 66: 57-67, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Os caminhos e os agentes do saque da América Latina. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

COUTO, Leandro Freitas. *O horizonte regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009.

DÁVALOS, Victorio Enrique Oxilia. *Raízes socioeconômicas da integração energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu Binacional, Gasbol, Gasandes*. São Paulo: PPGE/USP, 2009, p.209-337. (Tese de Doutorado)

DEOS, Simone S de e WEGNER, Rubia. Cooperação financeira e o financiamento da infra-estrutura na América do Sul. *Revista OIKOS*, Rio de janeiro, v.9, n.2, 2010 (http:// revistaoikos.org).

DUARTE, Bernardo Pestana Mello; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONÉ, Rosemarie Broker. Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006. *Indicadores Econômicos.* FEE, Porto Alegre, v. 36 n. 1, p. 87-98, 2008.

FRIEDMAN-RUDOVSKY, Jean. As chaves da Evonomia*. Revista América Economia.* Bolívia, La Paz, n. 391, set. 2010.

HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba: Ed Juruá, 2007.

IPEA, Relatório de Pesquisa – A integração de infra-estrutura Brasil-Venezuela: A IIRSA e o Eixo Amazônia-Orinoco, de 11 de maio de 2011 www.ipea.gov.br/.../110511_relat_brasilvenezuela_integrinfraestrutura/pdf.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso*. 2.ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia-UNICAMP, 5)

LUCE, M. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007.

_____. La expansión del subimperialismo brasileño, *Patria Grande*, dic. 2008.

MACHADO, Artur Andrade da Silva. O Caso Odebrecht e o Dilema da Liderança Regional Brasileira. *Boletim Meridiano 47,* v 9,n.100, nov. 2008.

MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.

PABÓN, Silvia Escobar de. "Ajuste y liberalización, las causas del conflicto social". Disponível em: www.cibera.de/fulltest/6/6689/ar/libros/osal/osal12/d1escobar.pdf.

SENHORAS, Elói Martins. *Regionalismo transnacional e integração física: Um estudo sobre a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana*. Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2007. (Dissertação de Mestrado)

Site IIRSA (HTTP://www.iirsa.org)

RANKING TRANSNACIONAIS BRASILEIRAS 2010 – Fundação Dom Cabral. www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf

VALENCIA, A. R. e RUVALCABA, D. E. M. Potencias medias y potencias regionales en el sistema político internacional: dos modelos teóricos. 2011 (mimeo)